

“TESTEI POSITIVO”: A INDISTINÇÃO DE SENTIDOS NA PANDEMIA

2

“I TESTED POSITIVE”: THE INDISTINCTION OF SENSES IN PANDEMIA

ALVES, MARIANA GARCIA DE CASTRO

DOUTORA EM LINGUÍSTICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
 PROFESSORA SUBSTITUTA DE PORTUGUÊS NO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA,
 CAMPUS DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC
 E-MAIL: MARIANALAGARCIA@GMAIL.COM
 ORCID ID: [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-0130-0078](https://orcid.org/0000-0002-0130-0078)

FELDMANN, DANIEL AUGUSTO

DOUTOR EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PELO INSTITUTO DE ECONOMIA DA
 UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
 DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO,
 CAMPUS OSASCO/SP
 E-MAIL: DAFELDBR@YHAOO.COM.BR
 ORCID ID: [HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-2048-5749](https://orcid.org/0000-0003-2048-5749)

RESUMO:

Torna-se comum, a partir da pandemia, que se diga “testei positivo/negativo para o Covid-19”. O verbo “testar”, entretanto, até então não admitia essa forma. “Testar” sempre tinha sido, em português, um verbo transitivo, ou seja, que pedia um objeto. Porém, com relação ao exame para a detecção do vírus Sars-Cov-2, surge a questão sobre qual função sintática teria “positivo/negativo”. O artigo parte de tal questão linguística para compreender como o coronavírus, ao desacelerar a sociedade da mercadoria em seus processos, abala toda a tecnologia de linguagem, desde a língua até o meio por qual circula e se constitui contemporaneamente, isto é, até o digital. Com aporte teórico da análise de discurso brasileira de Eni Orlandi e ao realizar uma leitura do filósofo e médico francês Georges Canguilhem, a indistinção entre o sujeito e o laboratório é observada em tal sintaxe, assumindo efeitos de sentido particulares em uma materialidade histórica determinada pelo digital. A tese é a de que tal indistinção promova funcionamentos que permitem tanto a dissolução da ciência, que passa a se confundir com a experiência individual, quanto o apagamento da vida do sujeito, cuja identidade é

dada não pelas formas concretas de vida mas pela abstração da técnica científica em tempos de morte.

Palavras-chave: Pandemia. Língua. Digital.

ABSTRACT:

After the pandemic it became common to say “I tested positive / negative for Covid-19”. The verb “test”, however, until then did not admit this form. “Testar” had always been, in Portuguese, a transitive verb that asked for an object. However, with regard to the examination for the detection of the Sars-Cov-2 virus, the question is which syntactic function would have “positive / negative”. The article starts from such a linguistic question to understand how the coronavirus, by slowing down the society in its processes, shakes all language technology, from the language itself to the digital, the medium through which it circulates and constitutes itself. With theoretical input from the Brazilian discourse analysis by Eni Orlandi and reading the French philosopher and physician Georges Canguilhem, the indistinction between the subject and the laboratory is observed in such a syntax, assuming particular meaning effects in a historical materiality determined by digital. The thesis is that such indistinction promotes functions that allow both the dissolution of science, which starts to be confused with the individual experience, and the erasure of the subject’s life, whose identity is given not by the concrete forms of life but by the abstraction that comes from the scientific technique in times of death.

Keywords: Pandemic. Language. Digital.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre um enunciado que, até a pandemia do Covid-19, não tinha ocorrência no português brasileiro e que passa a existir a partir de então. “Testei positivo para o Covid-19” torna-se comum nas trocas simbólicas prosaicas do digital assim como na grande imprensa. O objetivo é refletir sobre quais condições permitem que tal enunciado, decalcado do inglês, transforme a língua e como, pela ordem do digital (DIAS, 2018), seus sentidos mobilizam posicionamentos enunciativos que indicam determinadas configurações da forma-sujeito hodierna.

Nosso corpus é constituído por enunciados encontrados no Twitter, em 7 de julho de 2020, por meio do aplicativo de busca Twitonomy.

Inicialmente, localizaremos o equívoco na língua promovida pelo enunciado em nossa sintaxe. Após, faremos exercícios de análise a partir dos pressupostos teóricos da Análise de discurso (AD) de linha francesa de Michel Pêcheux (1938-1983), mais notadamente da teoria tal qual trabalhada pela brasileira Eni Orlandi. Assim, apontaremos sentidos dessa mudança linguística na contemporaneidade histórica.

Segundo o linguista Marcos Bagno, o verbo *testar* é sempre transitivo em português e em outras línguas românicas. Assim, na língua portuguesa o “testar” sem objeto é algo fora da norma. Sua explicação para a ocorrência de “testar (positivo/negativo) para o Covid-19” é a de ter havido um decalque, uma transposição, da língua inglesa. Assim, explica:

A construção do tipo “Boris Jonhson tested positive” foi importada — tanto pelo português quanto pelo francês, pelo espanhol e pelo italiano (busque *testé positive* / [ha] *testado positivo* / *testato positivo*) — sem nenhuma adaptação às normas gramaticais dessas línguas, com a opção de manter o adjetivo *positive* no masculino singular, mesmo quando a pessoa testada é uma mulher ou quando são muitas pessoas. Decalcou-se uma construção exclusiva do inglês que contém um uso muito restrito do verbo *to test* (sem objeto). (BAGNO, 2020, s/p)

A dificuldade seria definir o “positivo” da oração. Em inglês, ainda conforme Bagno, “*positive*” é um predicativo formado por um adjetivo. Como adjetivos não flexionam em gênero na língua inglesa, não encontramos “*ela testou positiva*”, ou seja, a forma foi decalcada sem flexão. Em inglês, ademais, haveria uma propriedade sintática chamada “construção resultativa”. Essa propriedade condensaria um resultado, por exemplo, “*The lake froze solid*” significa que o lago congelou a ponto de ficar sólido. Essa seria a lógica da construção decalcada “*ela testou positivo*”. Ou seja, Bagno está considerando “positivo” como predicativo. Assim o autor recusa considerar o “positivo” como advérbio, comparando com o que ocorre, por exemplo, em “*Ele fala bonito*”, pois neste caso “*ele*” é sujeito e agente. Ao contrário, para Bagno, em “*ela testou positivo*”, “*ela*” não é agente:

Em “Ela testou positivo”, porém, “ela” não é agente, “ela” é paciente (não só gramaticalmente, mas medicalmente também!). “Ela” foi submetida a um teste e esse teste resultou positivo. O que é que tá pegando, então? (BAGNO, 2020, s/p)

A fim de compreender esse fato linguístico que marca um equívoco (afinal, trata-se de um predicativo do sujeito, do objeto ou de quem?), recorreremos à noção de discurso que busca o cruzamento entre história e língua. Para isso, a Análise de discurso recorre a um dispositivo que consiste em dizer de diferentes formas o “mesmo” para que se possam localizar as relações de sentido, seus diferentes efeitos. Diferentes modos de dizer o mesmo podem, até certo ponto, ajudar o analista a localizar efeitos no discurso. Dizemos “até certo ponto” pois, conforme lembra Orlandi, para Pêcheux “não se trata de pensar só o outro linguageiro mas o outro nas sociedades e na história” (ORLANDI, 2004, p. 24). Portanto, partamos de enunciados mais comuns à nossa sintaxe e que podem ser considerados como tendo o “mesmo” sentido daquele que ora estamos a investigar de modo a poder localizar e compreender em relação a quais outros discursos o corpus, uma construção do analista, fala, ou seja, quais são seus efeitos materiais.

- (1) Eu fiz o teste que deu positivo.
- (2) O teste deu positivo.

Em (1), temos um predicado verbal em que Eu= sujeito, fiz= verbo, o teste= objeto, que deu positivo=adjunto adnominal. Em (2), passamos a ter um predicado nominal em que O teste = sujeito, deu = verbo, positivo = predicativo do sujeito. Portanto, nessa passagem, o objeto (1) se torna o sujeito (2) e o predicado que era verbal torna-se nominal.

Nesse exercício de transposição é o exame que ganha destaque: o procedimento técnico de detecção do vírus no corpo, em detrimento do próprio sujeito que a ele se submete.

Tomemos, no movimento a seguir, a construção recorrente na pandemia do Covid -19. Se entre (1) e (2) o corpo do sujeito desaparece, em (3) esse sujeito retorna no verbo “testar” de um modo estranho à construção sintática da língua, mas indicativo de um consenso discursivo particular.

(3) Testei positivo.

O sujeito reaparece no verbo, porém “positivo” assume a função de predicativo. A equivocidade na língua encontra-se na seguinte questão já posta: predicativo do sujeito (oculto, “eu”)? O “positivo” é uma qualidade do sujeito “eu”? Não parece ser esse o caso na medida em que se trata de um atributo relativo ao teste, embutido no verbo. Não teríamos, assim, uma indistinção entre “eu”, o corpo do sujeito, e “teste”, o aparato científico que “representa” esse corpo?

É a partir desse equívoco da língua em contato com a história que faremos algumas reflexões sobre os sentidos na pandemia, constituídos no digital. Tal decalque da língua inglesa tem razões discursivas – ou seja, não estritamente linguísticas – de funcionamento.

CORPUS

Vejamos como o enunciado aparece no corpus. A plataforma Twitonomy, usada para buscas por palavras-chaves no Twitter, mostrava, às 10h30 do dia 7 de julho de 2020, que a hashtag “testei” havia sido majoritariamente usada em referência ao vírus. Encontramos a expressão “testei positivo para...” acompanhada de substantivo:

Grazieli Ribeiro
@grazieliribeir0 5m
Testei positivo pra saudade do moreno

Acompanhada de adjetivo:
vitória
@vitoriaramosss 28m
bom dia testei positivo pra feia

lucas g
@lucazasss 27m
testei positivo pra otário

loira burra
@priscilakuhl1 Jul 6
testei positivo pra: carente de carinho

Acompanhado de “Covid-19” (não encontramos “para o corona” ou “para o vírus”, isto é, no corpus apenas o modo “mais científico” de dizer ocorreu):

Sidnei Teixeira Jr
@SidneiTeixeira 19m

Bom dia família e amigos. Pra quem não sabe eu testei positivo para Covid-19, fiquei internado, tive alta ontem e continuo em tratamento. Minha esposa e minha sogra também testaram... <https://instagram.com/p/CCV6g0kpzITYxGIMBXUuESB3rwTalptwZxSs9A0/?igshid=tf2nsaixlhea>

Patrick
@bojackdarth 35m
única coisa boa talvez, é que testei negativo para covid

Linda
@Lindasod 18h

Amigos na quinta feira passada testei positivo para COVID19. Foi um susto mas não perdi tempo e fiz o protocolo da Doutora Lucia Kerr com Ivermectina, minha médica toma de forma preventiva e me estimulou. A melhora desde a primeira dose foi absurda.

4:11 PM · Jul 6, 2020 · Twitter Web App
506 Retweets 1.7K Likes

Conforme vimos no exercício parafrástico entre (1) e (3), a ação passa do exame para o sujeito inscrito na forma verbal “testei”. Ao observar que a construção sugere que não é o exame que resulta positivo ou negativo, mas o próprio sujeito, poderíamos relacionar tal funcionamento discursivo à indistinção posta entre o sujeito e o exame. O teste, cujo resultado se coloca no ambiente do laboratório, passa a se materializar no próprio sujeito, seu objeto. Nesse funcionamento, o exame e esse sujeito pragmático, face à sombra da morte que se corporifica nele mesmo e em todo o outro, tornam-se indistintos. Segundo Orlandi, a indistinção é o processo de significação dominante na atualidade (ORLANDI, 2017, p. 319). Instigadas por tal asserção, vejamos os efeitos de sentido na indistinção entre o sujeito e o laboratório.

INDISTINÇÃO

Um filósofo que se torna médico em tempos de guerra, para atuar na guerra, ajuda-nos a refletir sobre tal indistinção vista em

campos disciplinares diferentes, em uma pandemia cujas metáforas não são outras que não a de uma guerra. Em *O normal e o patológico*, Georges Canguilhem (1904-1995) mostra haver diferenças conceituais significativas entre o laboratório e o próprio sujeito.

Na primeira parte do trabalho, o autor aponta que a medicina egípcia oferecia uma explicação ontológica da doença, na qual recuperar a saúde seria expulsar corpos invasores, como os vermes. Essa concepção avizinhava-se aos ritos mágicos de doença-possessão, em que a enfermidade “entra e sai do homem como por uma porta”. O sucesso da ideia do micróbio como “representação ontológica do mal” teria devido muito a tal modo ontológico de considerar a moléstia, segundo o autor. Ao contrário, a medicina grega abordava a doença de uma perspectiva mais dinâmica e totalizante. A natureza era considerada harmonia e equilíbrio. A perturbação dessa harmonia seria a doença, não mais localizada, mas em todo o homem. Seria o esforço feito pela natureza no homem para obter um novo equilíbrio. Por exemplo, tomar bebidas frias faria mal porque a natureza humana teria que fazer um sobre-esforço para recompor sua temperatura habitual. A despeito das diferenças, as duas concepções encaram a experiência de estar doente como uma luta do organismo contra um ser estranho. Entre saúde e doença, valores opostos são estabelecidos.

No século XIX, entretanto, é estabelecida uma continuidade entre o estado patológico e o normal. Entre um e outro, apenas uma diferença quantitativa, para mais ou menos, dos fenômenos fisiológicos correspondentes. A doença deixa de ser objeto de angústia do homem e passa a ser “objeto de estudo para o teórico da saúde” (CANGUILHEM, 2009, p. 13). Assim, semanticamente, o patológico é definido a partir do normal não mais, ou não só, como “a” ou “dis” (presença/ausência) mas como “hiper” ou “hipo” (mais/menos). Nas palavras de Canguilhem, “a identidade real dos fenômenos vitais normais e patológicos, aparentemente tão diferentes e aos quais a experiência humana atribuiu valores opostos, tornou-se, durante o século XIX uma espécie de dogma, cientificamente garantido [...]” (idem, p. 14). Ao estudar Augusto Comte e Claude Bernard, Canguilhem nota que, a partir dessa época, a doença é definida com relação a um estabelecimento normativo, portanto, do que seria o normal. A ideia positivista fundamental seria a da utilização de uma técnica como aplicação da ciência: saber para agir. Observar o homem doente para conhecer o homem normal.

A questão da definição da doença encontra-se no fato de que se, por um lado, o paciente reclama de uma dor nos rins - algo que

a experiência médica mostraria, muitas vezes, equivocado pois nem sempre a localização da dor está no órgão indicado pelo paciente –, por outro lado, a patologia não leva em consideração o modo pelo qual o sujeito vive a doença.

Talvez por isso que até hoje a patologia levou tão pouco em consideração essa característica da doença: de ser realmente para o doente uma forma diferente da vida. É claro que a patologia tem o direito de suspeitar e de retificar a opinião do doente que pensa saber também – pelo fato de se sentir diferente – em que e como ele está diferente. E só porque o doente se engana manifestamente a respeito do segundo ponto não se pode concluir que se engane também a respeito do primeiro. (CANGUILHEM, 2009, p. 34).

Assim, o autor pergunta-se se seria necessário anular o contraste qualitativo entre a vida normal e a vida patológica que o sujeito de fato sente:

E o problema é o seguinte: o conceito de doença será o conceito de uma realidade objetiva acessível ao conhecimento científico quantitativo? A diferença de valor que o ser vivo estabelece entre sua vida normal e sua vida patológica seria uma aparência ilusória que o cientista deveria negar? (idem, p. 28).

O valor qualitativo e subjetivo de uma vida reduzida ou modificada pela patologia é também constituinte da doença, em sua perspectiva. Não é o microscópio que aponta a doença; é o doente quem o faz. Além disso, os exames laboratoriais necessitam de interpretação médica, saber distinto do conhecimento científico metrificado. Conforme exemplificação de Canguilhem (idem, p. 46), se a hidratação dos tecidos ou o teor do cálcio no sangue deve-se a um “de mais” ou a um “de menos”, tais resultados quantitativos não têm nenhuma qualidade em um laboratório. É preciso haver a relação com um hospital ou com a clínica, onde tais resultados significarão uremia ou tetania.

Assim, o filósofo e médico contesta a indistinção entre o laboratório e a clínica. Sobre a clínica, explicita: “Ora, a clínica não é uma ciência e jamais o será, mesmo que utilize meios cuja eficácia seja cada vez

mais garantida cientificamente. A clínica é inseparável da terapêutica, e a terapêutica é uma técnica de instauração ou de restauração do normal, cujo fim escapa à jurisdição do saber objetivo, pois é a satisfação subjetiva de saber que uma norma está instaurada.” (CANGUILHEM, 2009, p. 91). Assim, para o autor, embora haja confluência de pontos de vista do laboratório e da clínica, a confusão entre os dois é ilegítima.

Se substituirmos um contraste qualitativo por uma progressão quantitativa, nem por isso estaremos anulando essa oposição. A oposição sempre se mantém no fundo da consciência que decidiu adotar o ponto de vista teórico e métrico. Portanto, quando dizemos que saúde e doença estão ligadas por todos os intermediários, e quando se converte essa continuidade em homogeneidade, esquecemos que a diferença continua a saltar aos olhos, nos extremos, sem os quais os intermediários não teriam de desempenhar seu papel mediador; mistura-se, sem dúvida, inconscientemente, mas ilegitimamente, o cálculo abstrato das identidades e a apreciação concreta das diferenças. (CANGUILHEM, 2009, p. 43)

Ao refletir sobre os riscos da homogeneidade entre saúde e doença e entre a clínica e o laboratório pela perspectiva desse texto de Canguilhem, vejamos no nosso corpus a quais efeitos de sentido “teste positivo” dão azo.

Tomemos inicialmente o tuíte de @Lindasod (“Amigos na quinta feira passada teste positivo para COVID19. Foi um susto mas não perdi tempo e fiz o protocolo da Doutora Lucia Kerr com Ivermectina, minha médica toma de forma preventiva e me estimulou. A melhora desde a primeira dose foi absurda.”). Esse tuíte, publicado no dia anterior ao da análise – aliás, data em que o então presidente do Brasil afirmou ter sido acometido pelo coronavírus – já tinha sido compartilhado/“retuitado” mais de quinhentas vezes. O perfil usa foto da top-model Linda Evangelista e descreve-se como “Jornalista, Produtora, Tuiteira e muito interessada em Política”. A falta de uma foto ou nome que trabalhe como índice de sujeito em uma existência real relaciona, discursivamente, tal perfil a uma conta provavelmente criada para disseminação automática nas redes. Travestido de caráter informativo e pessoal, tal tipo de tuíte, ao promover solução fácil, apresenta um apelo grande ao leitor perdido no excesso de informações. O trabalho de robôs que atuam nesse

compartilhamento, cujas organizações passam a se tornar públicas¹, só vem corroborar o alcance desse tipo de recurso. Que o enunciador seja um sujeito não-humano não anula sua constituição como uma forma-sujeito a marcar uma posição ideológica no discurso, recrutando humanos a reproduzirem seu modo de existência viral na discursividade digital.

Com tal modo de circulação, embora o sentido seja o de prescrever a utilização preventiva de um medicamento cuja eficácia não é comprovada pela comunidade científica, observamos que, nessa formação discursiva, não se trata de negar a ciência, tal como alguns poderiam apressadamente afirmar. Ao se referir a certa “Doutora Lucia Kerr”, o enunciador ampara-se na legitimidade do discurso clínico para, a despeito do processo científico – que demanda tempo e investimento em pesquisas –, prescrever determinada medicação. Ou seja, toma “o protocolo da Doutora Lucia Kerr” (a clínica, sempre subjetiva) pela ciência (objetiva), universalizando o individual no imperativo: “se minha médica toma preventivamente e eu estou aqui, relatando que, comigo, a melhora foi “absurda”, tome você também”. Além da indistinção entre a clínica e a ciência/o laboratório, vê-se funcionar também a indistinção entre o normal e o patológico. A medicação, que serve para quem está doente é tomada “preventivamente” pela médica, ou seja, por uma pessoa não doente. Portanto, observa-se tanto a confusão entre a ciência, do universal, e a clínica, do caso particular, quanto a indistinção entre o saudável e o patológico. Transpondo ao caso palavras de Canguilhem, “esse alguém está sendo vítima, na nossa opinião, da mais grave confusão do ponto de vista filosófico e, às vezes, da mais perigosa, do ponto de vista terapêutico.” (CANGUILHEM, 2009, p. 90).

São concretas as consequências desse tipo de discurso em cenário de pânico e desespero. A procura por soluções como a hidroxicloroquina e depois a ivermectina, vermífugo cujos estoques esgotaram-se das farmácias brasileiras², pode refletir em uso abusivo e nocivo. Nos Estados Unidos, após Donald Trump sugerir que médicos usassem injeções de desinfetante para a cura do vírus, em dezoito horas seguintes à declaração presidencial, trinta chamados por ingestão de água sanitária

1 O inquérito das fake news no Supremo Tribunal Federal é uma das ações jurídicas em curso sobre a prática. Da BBC Brasil: “Inquérito das Fake News: STF decide continuar investigação que atinge aliados de Bolsonaro”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53003097>. Acesso em: 27 jul.2020.

2 Do jornal Correio Braziliense: “Remédio associado a tratamento da covid-19 desaparece nas farmácias do DF”. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/07/interna_cidadesdf,870245/remedio-associado-a-tratamento-da-covid-19-desaparece-nas-farmacias-do.shtml. Acesso em: 27 jul.2020.

e outros produtos de limpeza foram registrados em Nova Iorque, conforme reportagem do NY Daily News³. Assim, embora a ciência não seja negada, um dos efeitos é o descrédito à verdade dos extremos, tanto da ciência quanto da clínica, tanto da saúde quanto da doença.

Desse modo, ao analisar esse tuíte, observamos um funcionamento de indistinção – entre a saúde e a doença e entre a ciência, o universal, e a clínica, o particular. Não se trata, portanto de negar a ciência, mas de identificá-la com a clínica, dissolvendo as distinções que até então sustentavam a verdade de uma e de outra.

Ao continuar a tomar outro tuíte diretamente relacionado ao vírus, tomemos o enunciado de @SidneiTeixeira (“Bom dia família e amigos. Pra quem não sabe eu testei positivo para Covid-19, fiquei internado, tive alta ontem e continuo em tratamento. Minha esposa e minha sogra também testaram...”). Neste caso, há uma foto no perfil, este que aparece sem outra descrição. Em diversas postagens da conta, o enunciador comemora datas (“Hoje uma das minhas quatro princesas completa dez anos...”; “Hoje é dia de festa... parabéns mãe, feliz aniversário...” e “Feliz Dia dos Namorados meu Amor...”) todas levando a fotos em uma conta de Instagram restrita. Indicações de nome, fotos pessoais, preferência por um time de futebol específico levam a que se analise, discursivamente, esse como sendo um perfil “real”, ou seja, não utilizado para a viralização automática.

Nesse caso, há o relato de uma interação em uma fala dirigida ao outro (“família”, “amigos”, “para quem não sabe”). A falta de um sentido diante da morte leva o sujeito, pela linguagem que funciona em relação ao outro, a dar sentido ao acontecimento. Segundo a psicanalista e professora doutora em Teoria Psicanalítica (PPGT-UFRJ) e em Saúde

Coletiva (IMS-UERJ) Thais Klein, em entrevista pessoal, apesar de, por vezes, o desamparo ser tratado na obra freudiana a partir de um caráter ligado a certo universo fechado do sujeito, como uma condição, podemos encontrar indicações de sua articulação ao outro que paradoxalmente o instaura e comporta um possível caminho de elaboração conjunta: “Nunca é demais relembrar esse trecho: “Enquanto encontrava-me no aposento ao lado, ouvi uma criança com medo do escuro dizer em voz alta: ‘Mas fala comigo titia. Estou com medo! ‘Porque? De que adianta isso? Tu nem estás me vendo.’ A isto a criança respondeu: ‘Se alguém fala, fica mais claro.’” (FREUD, 1917/1976, p. 474 apud KLEIN; HERZOG, 2017).

³ Disponível em: <https://www.nydailynews.com/coronavirus/ny-coronavirus-new-yorkers-household-cleaners-trump-20200425-naqio5dyfeaxmthxx2vktqa5m-story.html>. Acesso em: 27 jul.2020.

Ao interpretar o tuíte como uma tentativa do sujeito de deixar o acometimento pela doença mais claro, o aspecto discursivo a se destacar pela Análise de discurso brasileira é a noção de narratividade. A noção de narratividade surge quando Orlandi estuda os efeitos de sentido da cidade (2004). A narratividade característica do discurso no urbano é o sujeito estampar sua realidade, sem dela se destacar/separar: “Cenas de que o sujeito participa, sem distância. Não relata de fora. Se narra como parte da cena. Por isso o nome: narratividade urbana.” (ORLANDI, 2004). Do nosso ponto de vista, conforme nossa tese (no prelo), essa noção tem a vantagem de poder mostrar as contradições, fundamentais ao conceito de heterogeneidade das formações discursivas (COURTINE, 2016).

O enunciador é parte da cena, descrita em primeira pessoa. Refere-se ao teste (o laboratório) e à sua internação em hospital (a clínica), mas enuncia a partir de sua experiência individual. Canguilhem mostra que ao considerar simultaneamente diversos indivíduos, a fronteira entre o normal e patológico é imprecisa, “mas é perfeitamente precisa para um único e mesmo indivíduo considerado sucessivamente” (CANGUILHEM, 2009, p. 71). O sujeito, no decorrer de sua história, sabe diferenciar o momento em que se sente doente. Portanto, aponta o autor, “a definição de doença exige, como ponto de partida, a noção de ser individual.” (idem, p. 72) A doença, assim, não é um resultado quantitativo, objetivo, mas definida pelo indivíduo: “É sempre com relação com o indivíduo doente, por intermédio da clínica, que justifica a qualificação de patológico” (idem, p. 93), conclui.

Se, por um lado, a narratividade desse tuíte reside na experiência patológica subjetiva do indivíduo na clínica, por outro, essa narratividade estampa a objetividade contida no teste. Ao dizer “eu testei positivo para Covid-19” e “Minha esposa e minha sogra também testaram, o enunciador acopla sua subjetividade à objetividade da ciência. A contradição posta pelo equívoco na língua em “testei” parece ser essa: plasmar o subjetivo ao objetivo.

Ao indistinguir a vida concreta do sujeito se sentindo bem ou mal da ciência abstrata, tal modificação no uso da língua não permitiria o esvaziamento de sentido tanto do sujeito como definidor, em última instância, do patológico, como afirma Canguilhem, quanto da legitimidade da ciência? Ao dizer “testei” ou “testou” não estaríamos, sem saber e sem querer, fazendo funcionar um estado discursivo que propicia o descrédito da ciência e o apagamento do sujeito pela técnica científica?

É pela língua, pelo simbólico, que espaços são abertos como condições para que outros discursos falem. A narratividade desse tuíte mostra, pela contradição, a heterogeneidade das formações discursivas: o outro no mesmo do discurso. Embora não inscrito naquela formação discursiva de @Lindasad, ao utilizar “testei” esse tuíte de @SidneiTeixeira amalgama o individual da doença vivida no hospital ao abstrato do resultado do teste, também fazendo funcionar indistincões.

No tuíte de @bojackdarth (“única coisa boa talvez, é que testei negativo para covid”) a indistincão dos próprios sentidos apresenta-se de modo mais explícito pelo “talvez”. Seu perfil contém fotos pessoais poucas, memes e diversas referências musicais entre elas a “capa”, que consiste em foto de show de uma banda de “hip hop soul” americana (“The Internet”).

Com o advérbio “talvez”, sinaliza-se a dúvida quanto ao valor (para o sujeito) do resultado do exame. Não está dito a que o enunciador se refere. Pela memória discursiva, presume-se que se, por um lado, o resultado negativo pode significar que o sujeito não corre o risco, momentaneamente, de ter de enfrentar a doença, por outro lado, não estaria imunizado. Todas as incertezas, inclusive científicas sobre imunização materializam-se na leitura desse “talvez”.

No caso, embora seja enunciado “testei”, algo que, como dissemos, indistingue o subjetivo da doença ao objetivo da ciência, o advérbio de hesitação funciona como um modalizador nesse campo de indistincão. Ou seja, embora se refira a um resultado quantitativo, o sujeito reflete sobre o valor qualitativo do número abstrato em sua vida concreta. Sua narratividade estampa a decalagem entre o normal e o patológico. De acordo com o efeito de sentido de seu enunciado, a contradição é exposta por tal narratividade: se, por um lado, sua normalidade não significa saúde, por outro, o que sente como patológico não se expressa como doença para o resultado científico objetivo. O enunciador estampa esses extremos, realizando um choque entre eles, tentando atribuir valores a esses diferentes reais como um DJ a modalizar/harmonizar a frequência de sons que lhe parecem dissonantes. Circunscrevemos esse “talvez” como um ponto de heterogeneidade que, segundo Jacqueline Authier-Revuz, opõe-se ao resto da cadeia do discurso, marcando uma distância que o revela ao operar a constituição de sua identidade em relação ao outro.

Ao nível da cadeia do discurso, localizar um ponto de heterogeneidade é circunscrever este ponto, ou seja, opô-

lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido etc.; corpo estranho delimitado, o fragmento marcado recebe nitidamente através das glosas de correção, reserva, hesitação... um caráter de particularidade accidental, de defeito local. Ao mesmo tempo, remete a um alhures, a um exterior explicitamente especificado, determina automaticamente pela diferença um interior [...] quer dizer, de que outro é preciso se defender, a que outros é preciso recorrer para se constituir [...] há diferenciações que relevam do preciosismo cúmplice de um discurso com seus exteriores, do esforço de um discurso teórico, por exemplo, para ultrapassar a tecedura dos discursos pré-existentes na qual ele é tomado e na qual ele se faz, da marcação de posição de afrontamento polêmico, e de uma “luta pela vida” quando o que se joga na zona de contato não é da ordem da discussão, por mais violenta que seja, mas do direito à existência para um dos dois apenas, caso extremo da solidariedade constitutiva de um discurso em relação ao outro. (AUTHIER-REVUZ, 2012, p. 31).

Nos outros tuítes, em que “testei positivo para” antecede os adjetivos (“feia”, “otário”, “carente de carinho”), há a construção de paráfrases pelas quais, a partir de determinada intuição/percepção do sujeito enunciador, são atestadas, carimbadas, autenticadas identidades, ironicamente. A doença do Covid-19 é substituída pela pessoa que apresenta alguma “anomalia”. No caso em que o que sucede a preposição utilitarista “para/prá” é o substantivo, a doença do Covid-19 é substituída por um sintoma, a “saudade do moreno”. Assim, a construção “testei positivo para” ocorre não apenas com a doença ou outras doenças, mas com palavras de diferentes categorias sintáticas (no caso, a pessoa doente ou ainda o sintoma). Tal maleabilidade de uso permite que se pense na variedade que a forma admite, indistintamente.

Vale notar que a passagem direta do adjetivo “anormal” ao substantivo “anomalia” é objeto de uma análise semântica de Canguilhem. Enquanto o normal é referido à média, como se a média fosse sua medida válida, a anomalia é referida a disfunções patológicas. Para o autor, tomando os termos em seu sentido corrente, não se poderia dizer, entretanto, que toda anomalia seja patológica. Há variedades

biológicas que não causam dor ou nenhum problema ao sujeito. Na natureza, encontram-se, inclusive, variedades que podem melhor se adequar a uma mudança no meio. Porém, se nem toda anomalia é patológica, toda patologia é uma anomalia, mesmo que ter uma saúde perfeita constantemente seja algo anormal.

Nesse momento da análise, em que se esgotam as explorações linguísticas e que se vai, necessariamente, em direção ao discurso, observa-se que tais indistinções precipitam-se de modos específicos na história.

Se tais enunciados tão prosaicos soam “inofensivos”, suas indistinções (tomar a pessoa pela doença, ou a doença pelo sintoma, ou a doença pelo teste, ou a pessoa pelo teste) podem levar a classificações das mais arbitrárias. Na pandemia, diferenças são estabelecidas, por exemplo, na divisão (do imaginário) entre os “infectados”, que devem ser mantidos apartados, e os “imunes” que, com a chancela de um resultado científico, mesmo que duvidoso em seus efeitos, dão-se a si mesmos a prerrogativa de viver uma vida “normal”. As chamadas “coronafests” das elites⁴, que permitem entrada de quem “passa” nos exames feitos na hora – sem se certificar que o exame seja ao menos eficaz ao propósito de proteção pretensamente almejado – não são mais que produto de indistinções. No mundo em que a equivalência quantitativa do dinheiro abarca toda troca simbólica, conforme ensina Marx, a distinção entre saúde e doença fundamentada pelo valor qualitativo da vida, tal qual mostrada por Canguilhem, é apagada. Produto também das indistinções são, por outro lado, também as revoltas causadas na rede por essas mesmas festas. De certo modo, a autonomia médica é posta em questão⁵. O ódio às elites, ora expresso por uma naja, ora expresso por uma ema, não raramente apresenta-se constituído por uma mistificação da ciência⁶, como se, neutra fosse, pudesse reestabelecer, por uma vacina

4 “Festa em Brasília teve teste de Covid-19 na entrada com interpretação errada dos resultados”, Folha de S. Paulo, 21.jun.2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/festa-em-brasilia-teve-teste-de-covid-19-na-entrada-com-interpretacao-errada-dos-resultados.shtml>. Acesso em: 24 jun.2020.

5 Em 19/07/2020, a Associação Médica Brasileira (AMB) lança a nota: “Hidroxicloroquina: AMB defende autonomia do médico”. A nota, compartilhada por Bolsonaro, não é vista com bons olhos por “defensores” da ciência. O texto vai na contramão de parecer publicado em 18/05/2020 pela Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI) que conclui ser “precoce a recomendação de uso deste medicamento na COVID-19”. A discussão também se personifica em uma médica chamada Nise Yamaguchi, defensora da cloroquina, que protagoniza o imbróglio entre a autonomia médica e a ciência na cena brasileira.

6 A mistificação da ciência como sendo neutra e acima de interesses foi abordada recentemente por ocasião do 75º aniversário de artigo “Science -The Endless Frontier” de Vannevar Bush, que estruturou o sistema de financiamento da ciência nos Estados Unidos. Em editorial da revista Science de julho de 2020, H. Holden Thorp aponta que a ideia de ciência não-política contida naquele artigo vista através das lentes do Covid-19 e dos perigosos movimentos anti-científicos de hoje, deveria ter como legado seu oposto: de que a ciência prospera quando seus advogados são políticos astutos, mas sofre quando seus oponentes são melhores na política. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/369/6501/227>. Acesso em: 29 jul.2020.

por exemplo, a normalidade numa sociedade já e ainda patológica.

Portanto, um dos efeitos das indistincões apontadas nos enunciados analisados, presentes na forma “teste positivo/negativo”, é a da dissolução da experiência humana e do sujeito vivendo sua doença na técnica científica. Contra esse tipo de indistincão, na definição dos conceitos, Canguilhem afirma, como vimos, que a principal característica da doença é a “de ser realmente para o doente uma forma diferente da vida.” (CANGUILHEM, 2009, p. 34). A forma “teste positivo para” – decalcada do inglês em sua rapidez, em seus atalhos – reflete a técnica submetendo os corpos em suas diferentes formas de vida. Uma versão fotográfica de tal submissão é a da imagem de uma índia yanomami segurando uma máscara, totalmente apartada de seu uso. Replicada mundialmente⁷, a imagem é um *punctum*⁸ a mostrar a ferida que é a diferença radical em um mundo fundado na indistincão desumana característica de todo o aparato instrumental técnico.

CORPO DIGITAL

Conforme aponta Vladimir Safatle, o vitalismo de Canguilhem – que concebe a vida em sua capacidade de adaptação e de valoração não fixas – não se resume à biopolítica como forma de disciplinarização dos corpos tal qual abordada por Michel Foucault, que foi aluno de Canguilhem. Entretanto, ao deslocar as formas de dominação do jurídico para o biológico, mesmo que o jurídico ainda constitua a forma-sujeito moderna, Foucault evidencia uma importante mutação na compreensão das estruturas de poder nas últimas décadas: a centralização dos mecanismos de “administração dos corpos e de gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 1976, p. 187) no cerne dos embates em torno dos efeitos da sujeição social. Para Foucault, “É a vida, muito mais que o direito, que se transformou no objeto de embate das lutas políticas, mesmo que estas se formulem através da afirmação de direitos” (FOUCAULT, 1976, p. 191).

A política da vida, que já era abordada pelas inúmeras formas de toxidade do desenvolvimento do modo de produção, é posta em questão com o vírus. Na tentativa de compreender como o corpo considerado como extensão do digital (DIAS, 2018) significa, vejamos discussões

7 Imagem do povo Yanomami na região de Surucucu, município de Alto Alegre, em Roraima, pelas lentes de Joédson Alves/ EFE. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-11/o-coronavirus-esta-quebrando-a-nossa-crenca-o-luto-imposto-aos-povos-indigenas-na-pandemia.html>. Acesso em: 29 jul.2020.

8 “O punctum de uma foto é esse acaso que, nela, me punge (mas também me mortifica, me fere).” (BARTHES, 1984, p. 46).

recentes que dão pistas para pensarmos como o digital constitui e é constituído pelas relações contemporâneas.

O francês Jacques Rancière, em texto muito breve publicado durante a pandemia, relativiza duas ideias disseminadas com a chegada do coronavírus. A primeira é a do triunfo do biopoder numa era de ditadura do digital. Segundo o filósofo, os Estados não teriam obedecido ao “paradigma científico do controle das populações”. Para Rancière, a autoridade científica que pesou nas decisões governamentais não foi relativa à circulação do vírus, mas a estimativas simples sobre a lotação nos hospitais, cuja capacidade de acolhimento continua a ser reduzida pelas “políticas” de Estado. Quando a ciência se manifesta na França é, conforme texto do filósofo, apenas para colocar em dúvida o uso das máscaras de proteção, a serviço da falta de previsão do Estado que não conseguia fornecer máscaras nem aos médicos. Assim, mesmo ao falar de países cujos governos impuseram o confinamento controlado – Estados cada vez mais autoritários sob uma lógica de segurança que faz a polícia limpar as ruas assim que algo se movimenta – não houve uma política de vigilância sobre a vida. “Ao nos confinar, nosso governo geria menos a “vida”, sobre a qual suas luzes são modestas, do que as consequências de sua própria falta de previsão” (RANCIÈRE, 2020). Ou seja, não só em um país como o Brasil, em que o presidente diz tratar-se apenas de uma “gripezinha” e incentiva a população a voltar ao trabalho, mas também em países em que o Estado aparentemente volta a se fazer presente, o que ocorre é que se faz presente também por sua falha. A tese de Orlandi segundo a qual o Estado significaria por sua falha (ORLANDI, 2010), nesse sentido apontado por Rancière, atualiza-se.

Decorrente da primeira, a segunda ideia relativizada por Rancière é a de que o neoliberalismo e os Estados que o gerem sairiam enfraquecidos da demonstração de seu fracasso. Para o autor, nada demonstraria uma reversão das características do modo de produção. “Depois do fim da epidemia, nossos governos continuarão segundo sua dinâmica habitual, a da máquina-mundo capitalista cujo andamento eles gerem e cujos malefícios colaterais tentam atenuar dia a dia”. (RANCIÈRE, 2020).

Embora tal análise tenha o mérito de questionar evidências sobre o digital, de certa maneira reduz o alcance do que poderíamos entender por “digital”. Tomemos, então, outro autor para pensar a questão. Para o camaronês Achille Mbembe, a extensibilidade do digital vai bastante além da vigília dos corpos ou da vida:

Quando trabalhar, se abastecer, se informar, manter contato, nutrir e conservar os laços, se falar e trocar, beber junto, celebrar cultos e organizar funerais só puder acontecer por intermédio de telas, é hora de nos darmos conta de que estamos cercados, de todos os lados, por anéis de fogo. Em grande medida, o digital é o novo buraco escavado no chão pela explosão. Ele é o bunker onde o homem e a mulher isolados são convidados a se esconder, ao mesmo tempo trincheira, entranhas e paisagem lunar. (MBEMBE, 2020)

Segundo Mbembe, a vida por trás das telas não irá recalcar a violência constitutiva sobre os mais vulneráveis. O autor desfaz a crença ilusória de que o digital dará, sozinho, à humanidade o conhecimento de sua liberdade.

Na África, em particular, como em muitas partes do sul do mundo, a extração intensiva de energia, a pulverização agrícola, a predação em contextos de vendas de terras e a destruição das florestas seguirão com ainda mais vigor. A provisão e a produção dos chips e dos supercomputadores dependem disso. (MBEMBE, 2020)

De seu ponto de vista, a estrutura necessária da computação global virá junto com a restrição da mobilidade e a norma será manter o mundo à distância, “inspirada nas teorias de imunização e contágio”, o que não nos livrará de nossos impasses.

Dessa perspectiva, o digital não remete somente à biopolítica foucaultiana de controle disciplinar de corpos, como as medidas de temperatura, antes de entrar em parques, padarias etc., às quais já estamos sujeitos, nem a cálculos algoritmos de previsão de alastramento do vírus que subordinam nossa mobilidade e nem a telas de vigilância que atuam como instrumentos técnicos de segregação nos condomínios urbanos.

Paralelamente a todo aparato da biopolítica, o digital atua também na face do que nomeia como necropolítica (MBEMBE, 2013) cuja soberania determina quem vai viver e quem vai ser deixado desamparado para a morte.

Mbembe argumenta que é na colônia, sob o regime do apartheid que se desenvolve uma formação peculiar do terror: “A característica

mais original dessa formação de terror é a concatenação do biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio” (MBEMBE, 2013, p. 132). Pelo imaginário europeu, o poder na colônia está à margem da lei e a “paz” é guerra sem fim. Nas colônias, o direito de guerra, de tirar a vida, é ilimitado porque, no imaginário europeu, não se tratam de Estados civilizados. A colônia é uma fronteira, habitada por selvagens, cujo pavor é dado pela relação desses selvagens com a natureza que irrompe como uma realidade esmagadora. “Em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania.” (idem, p. 135). Segundo Mbembe, na contemporaneidade, a forma mais bem acabada de necropolítica é a ocupação na Palestina, ocorrendo também em outros lugares. Na África, a soberania de matar não é mais monopólio do Estado: “Milícias urbanas, exércitos privados, exércitos de senhores regionais, segurança privada e exércitos de Estado proclamam, todos, o direito de exercer violência ou matar” (idem, p. 139). O corpo do terrorista que mata a si próprio e ao outro é transformado em metal, em arma no contexto do necropoder, indistinguindo resistência e suicídio, sacrifício e redenção, martírio e liberdade (idem, p. 146). Assim, entendemos funcionar uma “semiose”, como diz Mbembe, própria da morte. Podemos pensar que, no Chile, as revoltas são reprimidas com tiros nos olhos, para cegar⁹. No Brasil, que dá as condições de produção ao nosso corpus, o enunciado “mirar na cabecinha”¹⁰ é parte de uma política de Estado marcando também um modo de poder que escolhe quais vidas importam e quais não. Outro exemplo, esse relativo à pandemia, é o que teria confessado Solange Vieira, assessora do Ministro da Economia Paulo Guedes: “É bom que as mortes se concentrem entre os idosos... Isso melhorará nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”.¹¹

Desse modo, o “teste positivo” funciona em determinada semiose de morte que se dá no digital, não apenas porque o encontramos no Twitter, mas porque o digital constitui a tecnologia de linguagem pela qual os sentidos significam. O corpo-laudo, significado pela certificação técnico-científica que o constitui, relaciona sentidos nas trincheiras onde

9 “Mais de 200 pessoas perderam visão em protestos no Chile. Vítimas foram atingidas por balas de borracha ou chumbo disparadas por policiais durante as manifestações, iniciadas há menos de um mês. Governo diz que vai custear tratamento de quem sofreu “violência política””. Por Deutsche Welle, 15/11/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/11/15/mais-de-200-pessoas-perderam-visao-em-protestos-no-chile.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2020.

10 “A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo”, diz novo governador do Rio. Wilson Witzel (PSC) defende execução de bandidos com fuzis e, antes de assumir, já fala em reeleição”. O Estado de S. Paulo, 1/11/2018.

11 Disponível em: <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/assessora-de-guedes-acha-que-morte-de-idosos-por-coronavirus-e-bom-para-reforma-da-previdencia.htm>. Acesso em: 27 jul.2020.

o sujeito entra em contato com o outro, algo já não mais possível nas ruas, campos de guerra em que o distanciamento vira regra. Assim, o digital não apenas remete a um biopoder que disciplina a vida, como a ele se refere Rancière no texto citado, mas é constitutivo de um necropoder que cria formas (significativas) de existência para a morte, como aponta Mbembe.

Portanto, o “teste positivo”, à sombra da morte que a todos abarca, conforma esse corpo que se autentica no digital para se significar. Chancelado pela ciência como portador da doença, esse sujeito reconhece e passa a ser reconhecido como um doente e, em decorrência disso, também como arma. Assim, passa a ter a prerrogativa, individual já que o Estado falha, de também assumir o poder soberano de, com seu corpo, matar. A dimensão de gozo não deixa de fazer efeito nesse indivíduo cujo corpo é constituído pela técnica. O sobrevivente que conta sua história depois de ter saído do hospital depara-se com seu corpo em seu poder de contágio, e após sua quarentena, como matéria imunizada, com direito (atestado pela ciência) a continuar a participar do jogo.

A possibilidade premente de sua própria morte aparece em uma narratividade que – frente ao desamparo total, inclusive do Estado que inicialmente nega a doença – tenta dar sentido (necessariamente coletivo) realizado no digital, ao acontecimento. Como mostra Canguilhem, “curar, apesar dos déficits, sempre é acompanhado de perdas essenciais para o organismo e, ao mesmo tempo, do reaparecimento de uma nova ordem. A isso corresponde uma nova norma individual” (CANGUILHEM, 2009, p. 76). Assim, é preciso dar significado a essa nova norma estabelecida no corpo do indivíduo. O retorno à “normalidade” é a volta a um jogo que, em momento no qual “não tem mais mundo pra todo mundo” como pensa a filósofa Deborah Danowski¹², não é outro senão o do extermínio de corpos. Nesse sentido, como parte de um mundo já acabado, o sobrevivente precisa dar sentido à sua existência, inclusive ao fato de ser vencedor-sobrevivente por ter também sido, seu corpo, uma arma assassina.

Desse modo, facilmente, o discurso desse laudo-corpo transformado em falo de destruição transforma-se no da autoridade da experiência. Operam-se indistinções entre o normal e o patológico, entre o sujeito e a clínica, entre a clínica e a ciência e, por fim, entre o sujeito e a

12 ““Não tem mais mundo pra todo mundo”, diz Deborah Danowski.” Marina Amaral entrevista. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/nao-tem-mais-mundo-pra-todo-mundo-diz-deborah-danowski/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ciência. Quando essas indistincões tentam legitimar justificativas para as ações de governo, por argumentos de autoridade da experiência individual (fakes ou não), observamos que tal formação discursiva não opera negando a ciência exatamente, mas apagando diferenças. Esse é o modo pelo qual são dadas sustentações aos interesses de governos. No caso brasileiro, por exemplo, as indistincões servem perfeitamente ao interesse de dar destino à produção de medicamentos pelo Exército,

no qual pesa a suspeita de superfaturamento na compra de insumos.¹³ Sem que entremos no mérito científico que tenta dar conta da ineficácia desses medicamentos, notamos em nosso corpus a experiência individual vencedora manifestar a potência da narratividade que reside na virilidade em um mundo de exceção, de matar ou morrer. Nesse sentido, a “verdade” bolsonarista, da qual dificilmente o sujeito se descola, é a de que a vida seja realmente dura, de que seja preciso enfrentá-la com toda violência e ódio necessários à sobrevivência em um mundo em que não cabem todos. Por essa razão, o sujeito, não descolado dessas condições, toma para si esse discurso que, ao contrário do que muitos dizem, não é apenas “ignorante” ou advindo de uma “falta de consciência”. Em vez de negada, a tragédia nesse contexto é tomada como inevitável, o que permite que se diga (e que se reproduza) “Alguns vão morrer? Vão morrer, ué, lamento. Essa é a vida”.¹⁴

O teste positivo dá existência ao corpo nesse mundo de morte. Por outro lado, a imensidão de subnotificados e mortos por problemas respiratórios sem relação com o Sars-CoV-2 são apenas sintomas. E “o que é um sintoma, sem contexto, ou um pano de fundo?” (CANGUILHEM, 2009, p. 34).

A partir da experiência brasileira que faz que os indivíduos submetam-se a testes pagos individualmente ou a eles sejam submetidos quando a doença avançou a tal ponto de encontrarem o resultado apenas na morte, “teste!” provavelmente não aponte uma reversão do

13 Até meados de maio de 2020, militares já haviam produzido 1,2 milhão de comprimidos de cloroquina. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2020/05/21/coronavirus-exercito-producao-cloroquina.htm> Acesso em: 20 jul.2020. Em junho, foi enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de investigação sobre indícios de superfaturamento da compra de insumos para tal produção, que custaram quase seis vezes mais que no ano anterior. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/19/cloroquina-exercito.htm>. Acesso em: 20 jul.2020.

14 Essa fala do presidente Jair Bolsonaro foi enunciada em programa policial de rede nacional de televisão aberta em 27 de março de 2020 (Programa Brasil Urgente, de Datena, na TV Bandeirantes. Áudio disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a0Li5VtMhHM>. Acesso em: 20 jul.2020). O nível de falta de sentido de coletivo em uma sociedade atomizada faz que não haja pudor sobre a não responsabilidade do Estado, permitindo enunciados tais quais os pronunciados pelo presidente “E daí?”, “Não sou coqueiro”, entre os inúmeros de enxurrada que não cessa de não esgotar.

individualismo exacerbado em uma sociedade já dilacerada. Assim como em outro enunciado da pandemia, “se puder, fique em casa; se não, use máscara”, o sujeito está individuado pela falha do Estado – no caso brasileiro, pela falta de testes em massa, subnotificação e manipulação estatística¹⁵. Dessa maneira, tanto os mais abastados, que desde o início tiveram acesso a testes inatingíveis à população, quanto comunidades carentes que passam a se organizar por conta própria¹⁶, a individuação se dá por algum tipo de mobilização individual ou restrita a agrupamentos autônomos para sanar a falha do Estado. Rancière toca em tal falha ao apontar que, na França, enquanto o Estado aparece mais presente no enfrentamento à pandemia, o serviço de saúde pública é sucateado. Não causa espanto greve de servidores de saúde públicos naquele país, em meio ainda a políticas restritivas de circulação, contra condições precárias de trabalho¹⁷. No Brasil, enquanto todo o sistema de saúde colapsa e enfermeiros em mobilizações pacíficas são agredidos¹⁸, essa etapa já avançou: aqui não há mais essa “máscara” de Estado. O fato de que o decalque do inglês “teste positivo para” tenha ocorrido também com outras línguas, como francês, espanhol e italiano não é mais que a confirmação, atestada de certo modo por Rancière, de que essa falha do Estado não seja exclusiva do Brasil.

O digital, em meio a um constante estado de exceção, em que as normas jurídicas ficam em suspenso, não é apenas um banco de dados para a repressão que parte da vida dos corpos. Mbembe faz-nos pensar que o digital funciona também como um modo de circulação de sentidos que significa por diferentes semioses da morte, cuja soberania se dá sobre os corpos isolados pelas telas em meio à destruição. O gesto simbólico que consiste na tomada de temperatura por uma pistola em direção à testa do sujeito sendo aquele mesmo gesto de execução por

15 No início de junho de 2020, o governo federal retira acesso ao portal de divulgação de dados diários para logo em seguida retornar com números inferiores de casos e de óbitos. Inúmeras entidades se manifestam em carta de repúdio disponível em: <https://sbi.org.br/2020/06/08/nota-sobre-a-ocultacao-dos-dados-da-covid-19/>. Acesso em: 27 jul. 2020. A partir de então, o Jornal Nacional, da TV Globo, por exemplo, dá seus números a partir de um consórcio de informação baseado nos dados das secretarias estaduais (e não federal) de saúde.

16 “Paraisópolis contrata médicos e ambulâncias, distribui mais de mil marmitas por dia e se une contra o coronavírus”. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/07/paraisopolis-se-une-contra-o-coronavirus-contrata-ambulancias-medicos-e-distribui-mais-de-mil-marmitas-por-dia.ghtml>. Acesso em: 9 jul.2020.

17 “Manifestations des soignants : 18 000 personnes ont défilé à Paris selon la police, 250 rassemblements ont eu lieu en France, d’après la CGT”. Disponível em: https://www.francetvinfo.fr/sante/maladie/coronavirus/direct-les-soignants-manifestent-partout-en-france-pour-demander-plus-de-moyens-apres-l-epidemie-de-coronavirus_4009657.html. Acesso em: 27 jul.2020.

18 “Enfermeiros fazem ato no DF em favor do isolamento social: ‘Estamos morrendo’”. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/01/enfermeiros-fazem-ato-no-df-para-reforcar-necessidade-de-isolamento-social-estamos-morrendo-na-luta-contra-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 27 jul.2020.

arma de fogo condensa a simbiose entre vida e morte nos processos de sujeição do corpo social digital. Tal compreensão reconhece a dimensão biopolítica do digital mas também sua face necropolítica, pela qual os sujeitos constituem sentidos e se constituem como corpos cuja existência é autenticada pela técnica, esta que irá fazer o serviço de separação – entre quem pode continuar a participar do “jogo” e quem pode ser eliminado, como em um reality show - em um mundo em que a vida resta cada vez mais indistinta da morte.

CONCLUSÃO

Com a pandemia observamos uma mudança na língua, tal como em períodos de grandes transformações, conforme Françoise Gadet e Michel Pêcheux apontam ter ocorrido em 1789 na França e em 1917 na Rússia (GADET; PÊCHEUX, 2004). Nossa análise dá a entender que o vírus abalou o curso da história, afetando inclusive o funcionamento linguístico. Mesmo com a proximidade do acontecimento, sugerimos que tal abalo, entretanto, visto a partir do enunciado “testei positivo para o Covid-19” não sinaliza uma reversão do curso individualista próprio do capitalismo, mas se faz simbolicamente, na personalização do teste, em consonância com o aprofundamento de impulsos de sobrevivência individuais, em cenário dominado pela técnica. Segundo Orlandi, o processo de constituição do individualismo é “o modo pelo qual a articulação simbólico-política, o processo de individuação do sujeito, realiza a forma-sujeito histórica geral do capitalismo, a do sujeito individuado; forma-sujeito que, no capitalismo, se realiza pelo pragmático: o sujeito das coisas a saber” (ORLANDI, 2017, p. 330). Ao buscar o teste, se sintomático, o sujeito busca autenticação de uma verdade já sabida ou suposta. Se assintomático, sua busca pelo teste expressa sua vontade de saber na ciência. Se, por um lado, a sintaxe da língua muda, a linguagem médica não parece ter sofrido nenhuma alteração na medida em que “imunidade” aparece como uma recompensa por quem passou pela prova, mesmo que “imunidade” não signifique muito nem no imaginário científico nesse caso. Assim, mesmo em meio a fakenews das mais criativas, é a ciência o nome que assume a proa em direção a uma verdade não raramente apaziguadora. A possibilidade de imunidade, uma insígnia que atestaria o enunciado “venci”, mistura-se à incerteza, à provisoriedade das descobertas materializada nos efeitos duvidosos da infecção em cada corpo, à invisibilidade do vírus e à falta

de futuro. Na busca do saber sobre a doença, é na indistinção de sentidos que essa forma-sujeito individualiza-se.

Vimos que, individuado pela falha do Estado, o sujeito que diz “testei positivo/negativo” assujeita-se a uma existência dada pelo aparato técnico-científico em processos de indistinção entre o sujeito e o laboratório. Porém, além desse assujeitamento, o resultado do teste e o que sente em seu corpo podem se confrontar na formulação de sentidos desse sujeito pela narratividade no digital. Se por um lado, o digital, como condição de produção desses sentidos, impele o sujeito a reproduzir consensos discursivos (ideológicos) particulares, por outro lado, esse mesmo digital é a trincheira por onde o sujeito irá elaborar distinções, confrontando o subjetivo ao objetivo, a vida concreta à abstração técnico-científica que o determina e o identifica. Sobre o caráter duplo do digital, de reprodução mas também de deslocamento, Orlandi o compara ao caráter vivo da língua, tal qual tomada por Pêcheux:

Ele [Pêcheux] fala da língua “não como um sistema, mas como o real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades”. Diz, também, que a materialidade discursiva remete às condições verbais de existência dos objetos em sua conjuntura histórica. O discurso determinando a relação com a exterioridade, sua historicidade. De certo modo, parafraseando esta posição, mas deslocando-a, podemos afirmar que, na sociedade contemporânea, o digital (Pêcheux diz “a língua”) é parte das condições de existência dos objetos no desdobramento das discursividades, em uma conjuntura dada. [...] Também o digital tem este estatuto de deslocamento da relação sujeito e sentido. (ORLANDI, 2017, p. 331)

Mostramos que a sintaxe muda e que tal mudança ocorre no e pelo digital. Uma abordagem da língua que venha sob o nome de “tecnologias da linguagem” implica não apenas identificar as movimentações do sistema linguístico, mas observar que tais funcionamentos são possíveis apenas por configurações históricas que lhe dão significado. Desse modo, observamos “sentidos outros” trazidos pela pandemia, pela língua e/mas também pela tecnologia de linguagem que é o digital que a ela dá sentido. No cenário distópico em que a duras penas sobrevivemos, tais “sentidos outros” não se relacionam apenas a modos de formulação simbólica

de nossa sobrevivência, mas de modos de “sobre-existência”, como afirmou Orlandi¹⁹, na medida em que os sentidos sempre escapam, em direção ao que de melhor poderíamos ter feito. Em suma, “testei positivo para o Covid-19” funciona como forma de indistinção do indivíduo e do laboratório, em um mundo feito de um passado já desastroso, cuja ordem é o digital.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 25-42, 3 nov. 2012.

BAGNO, M. “Ela testou positivo”: Que sintaxe é essa? Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ela-testou-positivo-que-sintaxe-e-essa>. Acesso em: 29 jul.2020.

BARTHES, R. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Trad.: Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta. 6.ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COURTINE, J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, [S.l.], v. 1, n. 1, set. 2016. ISSN 2448-2935. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090>. Acesso em: 08 jun. 2019.

DIAS, C. **Análise do Discurso Digital: Sujeito, Espaço, Memória e Arquivo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité**. Paris: Gallimard, 1976 v. 1.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Campinas: Pontes, 2004.

KLEIN, T.; HERZOG, R. Inibição, sintoma e medo? Algumas notas sobre a Angst na psicanálise. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 686-704, Oct. 2017 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142017000400686&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jul. 2020.

MBEMBE, A. **O direito universal à respiração**. Trad: Ana Luiza Braga. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/020>. Acesso em 18 jul.2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**. Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro 2016.

¹⁹ Live da Abralin. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ORLANDI, E. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, E. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: O caso da delinquência. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: A fabricação do consenso**. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

ORLANDI, E. **Eu, Tu, Ele** – Discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RANCIÈRE, J. **Uma boa oportunidade?** Trad.: Peter Pál Pelbart. Disponível em: <https://n1edicoes.org/039-1> Acesso em 18 jul.2020.

SAFATLE, V. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. **Scientiae Studia**, 13(2), 335-367. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662015000200005>.

Recebido em: 30/07/2020

Aceite em: 12/10/2020